

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.628 - PR
(2019/0177042-6)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
EMBARGANTE : SUELI DE ALMEIDA BOURSCHEIDT
EMBARGANTE : DAIANE ALMEIDA BOURSCHEIDT ELEUTERIO
ADVOGADO : PIERRE DE ALMEIDA CUNHA - PR070630
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SUELI DE ALMEIDA BOURSCHEIDT e DAIANE DE ALMEIDA BOURSCHEIDT ELEUTERIO contra decisão que conheceu do agravo para conhecer parcialmente e, nessa parte, dar provimento parcial ao seu recurso especial, para redimensionar a pena de multa das envolvidas para 24 dias-multa (e-STJ fls. 1031/1040).

Alega a parte embargante a inaplicabilidade da Súmula 7/STJ. Sustenta que sejam analisados fatos novos, que chegaram neste momento processual, ao conhecimento das agravantes, por meio de uma ação indenizatória apresentada por um dos envolvidos que foi absolvido.

É o relatório.

Não existem vícios a serem sanados na decisão embargada.

Sabe-se que os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão ambígua, omissa, obscura ou contraditória, conforme dispõe o art. 619 do CPP.

Verifica-se que esta Corte Superior, ao analisar a questão, posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente ao concluir que para se chegar a absolvição das acusadas e acerca da desproporcionalidade do valor do dia-multa demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, por força da incidência da Súmula n. 7/STJ.

Ademais, *este recurso não se presta à manifestação de*

Superior Tribunal de Justiça

inconformismo ou à rediscussão do julgado, nem mesmo sob o pretexto de existência de fato novo, que em nada altera a decisão embargada (EDcl no HC n. 334.240/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 17/11/2016, DJe 1º/12/2016).

Dessa forma, por meio dos aclaratórios, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar o rejugamento da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 619 do CPP, não é compatível com o recurso protocolado.

Com essas considerações, **rejeito** os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator